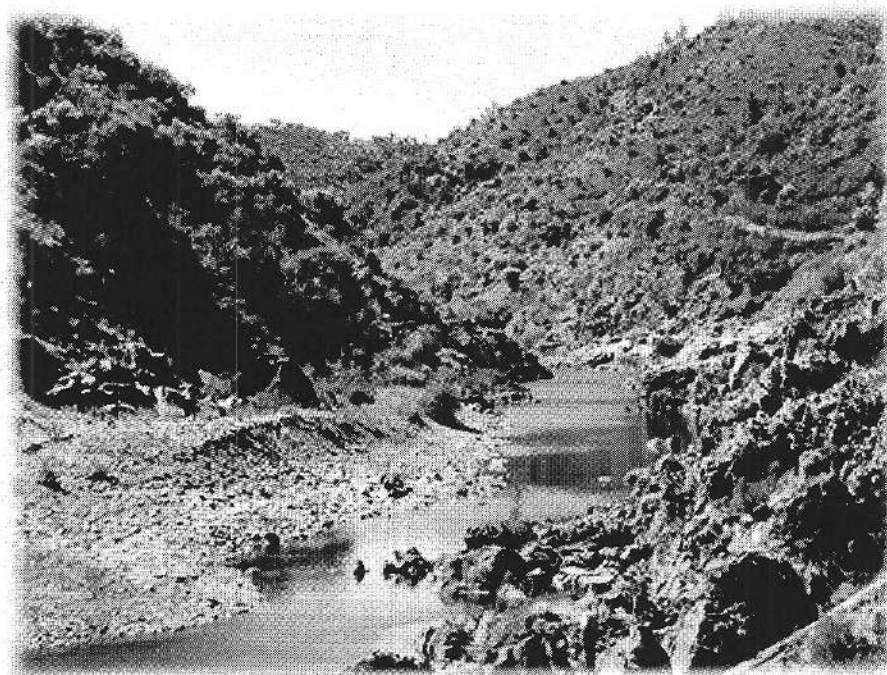


Santa Casa da Misericórdia de Mação

Demonstrações Financeiras e Anexo

2018



Índice

Demonstrações financeiras individuais para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2018

• Balanço Individual em 31 de Dezembro de 2018.....	4
• Demonstração dos Resultados Individuais em 31 de Dezembro de 2018.....	5
• Demonstração das Alterações nos Fundos Patrimoniais Individuais em 31 de Dezembro de 2017.....	6
• Demonstração das Alterações nos Fundos Patrimoniais Individuais em 31 de Dezembro de 2018.....	7
• Demonstração dos Fluxos de Caixa Individuais em 31 de Dezembro de 2018.....	8

Anexo

1. Identificação da entidade	9
2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras	9
3. Principais políticas contabilísticas	11
4. Ativos fixos tangíveis.....	18
5. Bens do património histórico e cultural.....	20
6. Ativos intangíveis.....	20
7. Investimentos Financeiros	21
8. Inventários	22
9. Créditos a receber.....	22
10. Estado e outros entes públicos	24
11. Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros	24
12. Diferimentos	25
13. Outros ativos correntes	25
14. Caixa e depósitos bancários.....	26
15. Fundos	26
16. Reservas.....	26
17. Resultados transitados.....	27
18. Ajustamentos / Outras variações nos fundos patrimoniais	27
19. Financiamentos obtidos.....	28
20. Fornecedores	28
21. Outros passivos correntes.....	28
22. Vendas e prestações de serviços	29
23. Subsídios à exploração.....	30
24. Custo das vendas	30
25. Fornecimentos e serviços externos	31
26. Gastos com o pessoal.....	32
27. Outros rendimentos.....	33
28. Outros gastos	33
29. Gastos/reversões de depreciação e de amortização	34
30. Resultados financeiros	34
31. Eventos subsequentes	34

Handwritten signatures and initials in the top right corner, including a large signature on the left and several smaller initials and signatures on the right.

Demonstrações Financeiras Individuais

Exercício findo em 31 de Dezembro de 2018

Balço em 31 de Dezembro de 2018 e 2017

(Valores expressos em euros)

	Notas	31.Dez.18	31.Dez.17
Ativo			
Não corrente			
Ativos fixos tangíveis	4	2 108 118,52	2 040 876,66
Bens do património histrico e cultural	5	33 612,53	33 612,53
Ativos Intangíveis	6	0,00	0,00
Investimentos financeiros	7	5 118,33	3 639,84
Total dos ativos não correntes		2 146 849,38	2 078 129,03
Corrente			
Inventários	8	4 798,83	4 385,32
Créditos a receber	9	89 762,28	91 776,15
Estado e outros entes públicos	10	13 882,40	16 834,68
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/assoc./membros	11	2 115,00	2 283,00
Diferimentos	12	5 368,48	8 639,71
Outros ativos correntes	13	26 460,10	14 093,10
Caixa e depósitos bancários	14	332 145,21	423 996,14
Total dos ativos correntes		474 532,30	562 008,10
Total do Ativo		2 621 381,68	2 640 137,13
Fundos Patrimoniais			
Fundos	15	410 804,70	410 804,70
Reservas	16	5 544,15	5 544,15
Resultados transitados	17	1 043 839,26	1 005 488,09
Ajustamentos / Outras variações nos fundos patrimoniais	18	780 719,51	753 335,92
Resultado líquido do período		-40 752,72	38 351,17
Total do Capital Próprio		2 200 154,90	2 213 524,03
Passivo			
Não corrente			
Financiamentos obtidos	19	100 961,61	120 192,37
Total dos Passivos Não Correntes		100 961,61	120 192,37
Corrente			
Fornecedores	20	36 395,82	37 655,15
Estado e outros entes públicos	10	30 093,08	36 300,40
Financiamentos obtidos	19	19 230,76	19 230,76
Outros passivos correntes	21	234 545,51	213 234,42
Total dos Passivos Correntes		320 265,17	306 420,73
Total do Passivo		421 226,78	426 613,10
Total do Capital Próprio e do Passivo		2 621 381,68	2 640 137,13

O anexo faz parte integrante do balanço para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018

Mação, 18 de Março de 2019

A MESA ADMINISTRATIVA

[Handwritten Signature]

Presidente Isabel de Azevedo

Vice-Presidente Carlos Alberto

O CONTABILISTA CERTIFICADO

[Handwritten Signature]

Demonstração dos Resultados por Naturezas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017


(Valores expressos em euros)

	Notas	31.Dez.18	31.Dez.17
Vendas e serviços prestados	22	830 515,21	809 693,30
Subsídios, doações e legados à exploração	23	615 087,34	615 316,74
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	24	-172 075,76	-157 608,45
Fornecimentos e serviços externos	25	-222 911,00	-193 837,63
Gastos com o pessoal	26	-1 123 528,56	-1 090 364,35
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	9	0,00	-78 406,03
Imparidade de investimentos não depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)	7	-24,94	0,00
Aumentos/reduções de justo valor	7	105,24	0,00
Outros rendimentos	18; 27	152 035,88	265 851,13
Outros gastos	28	-8 907,06	-7 325,24
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		70 296,35	163 319,47
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	29	-108 834,89	-122 850,61
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		-38 538,54	40 468,86
Juros e rendimentos similares obtidos	30	359,83	836,42
Juros e gastos similares suportados	30	-2 574,01	-2 954,11
Resultado antes de impostos		-40 752,72	38 351,17
Imposto sobre o rendimento do período		0,00	0,00
Resultado líquido do período		-40 752,72	38 351,17

O anexo faz parte integrante da demonstração de resultados por naturezas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018

Mação, 18 de Março de 2019

A MESA ADMINISTRATIVA



Prezados Senhores de V. Exas.

Com os melhores cumprimentos,

Luís Miguel Branco

Presidente da Mesa Administrativa

O CONTABILISTA CERTIFICADO



Demonstrações das Alterações nos Fundos Patrimoniais para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017

(Valores expressos em euros)

	Notas	Fundos	Reservas	Resultados transitados	Ajustamentos/ outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	Total dos Fundos Patrimoniais
Posição no início do período de 2017		410 804,70	5 544,15	928 320,04	779 113,71	77 168,05	2 200 950,65
Alterações no período:							
Outras variações	2	0,00	0,00	77 168,05	0,00	-77 168,05	0,00
		0,00	0,00	77 168,05	0,00	-77 168,05	0,00
Resultado líquido do período	3					38 351,17	38 351,17
Resultado integral	4 = 2 + 3					-38 816,88	38 351,17
Operações com instituidores no período							
Outras operações	5	0,00	0,00	0,00	-25 777,79	0,00	-25 777,79
		0,00	0,00	0,00	-25 777,79	0,00	-25 777,79
Posição no fim do período de 2017		410 804,70	5 544,15	1 005 488,09	753 335,92	38 351,17	2 213 524,03

O anexo faz parte integrante da demonstração das alterações no capital próprio para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018

Mação, 18 de Março de 2019

A MESA ADMINISTRATIVA

Isabel de Fátima Lopes
Luís Manuel Galvão da Silva
Paulo José Soares Nunes

O CONTABILISTA CERTIFICADO

Demonstrações das Alterações nos Fundos Patrimoniais para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018

(Valores expressos em euros)

	Notas	Fundos	Reservas	Resultados transitados	Ajustamentos/ outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	Total dos Fundos Patrimoniais
1		410 804,70	5 544,15	1 005 488,09	753 335,92	38 351,17	2 213 524,03
Alterações no período:							
2		0,00	0,00	38 351,17	0,00	-38 351,17	0,00
		0,00	0,00	38 351,17	0,00	-38 351,17	0,00
3						-40 752,72	-40 752,72
4 = 2 + 3						-79 103,89	-40 752,72
Operações com instituidores no período							
5		0,00	0,00	0,00	27 383,59	0,00	27 383,59
		0,00	0,00	0,00	27 383,59	0,00	27 383,59
		410 804,70	5 544,15	1 043 839,26	780 719,51	-40 752,72	2 200 154,90
		= 1 + 2 + 3 + 5					
Posição no fim do período de 2017							

O anexo faz parte integrante da demonstração das alterações no capital próprio para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018

Mação, 18 de Março de 2019

A MESA ADMINISTRATIVA

Luís Miguel Paço
Luís Miguel Paço
Luís Miguel Paço

O CONTABILISTA CERTIFICADO



Demonstração dos Fluxos de Caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Valores expressos em euros)

	31.Dez.18	31.Dez.17
Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais		
Recebimentos de clientes e utentes	832 529,08	786 115,04
Pagamentos a fornecedores	-396 659,60	-341 425,76
Pagamentos ao pessoal	-1 123 528,56	-1 090 364,35
Caixa gerada pelas operações	-687 659,08	-645 675,07
Outros recebimentos/pagamentos	796 384,18	870 703,91
Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais (1)	108 725,10	225 028,84
Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento		
Pagamentos respeitantes a:		
Ativos fixos tangíveis	-180 540,46	-175 545,61
Investimentos financeiros	-1 398,19	-1 034,74
	-181 938,65	-176 580,35
Recebimentos provenientes de:		
Outros ativos	600,00	550,00
Juros e rendimentos similares	2 567,55	4 145,52
	3 167,55	4 695,52
Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento (2)	-178 771,10	-171 884,83
Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento		
Recebimentos provenientes de:		
Outras operações de financiamento	0,00	0,00
	0,00	0,00
Pagamentos respeitantes a:		
Financiamentos obtidos	-19 230,76	-19 230,76
Juros e gastos similares	-2 574,17	-2 954,30
	-21 804,93	-22 185,06
Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento (3)	-21 804,93	-22 185,06
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)	-91 850,93	30 958,95
Efeito das diferenças de câmbio	0,00	0,00
Caixa e seus equivalentes no início do período	423 996,14	393 037,19
Caixa e seus equivalentes no fim do período	332 145,21	423 996,14

O anexo faz parte integrante da demonstração de fluxos de caixa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018

Mação, 18 de Março de 2019

[Assinatura]
 A MESA ADMINISTRATIVA
 Responsável Legal de fatos do período
 Financeiro e de gestão

O CONTABILISTA CERTIFICADO

[Assinatura]

Santa Casa da Misericórdia de Mação

Anexo às Demonstrações Financeiras Individuais para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2018

(Valores expressos em euros)

1. Identificação da entidade

A Santa Casa da Misericórdia de Mação é uma instituição sem fins lucrativos, constituída sob a forma de Instituição Particular de Solidariedade Social.

As valências que fazem parte da Instituição na prossecução do objeto social são o Lar, Novo Lar, Centro de Dia, Apoio Domiciliário, Centro de Alojamento Temporário, Unidade de Apoio Integrado, Creche, Centro de Atividades dos Tempos Livres, Programa de Intervenção Precoce, Cantinas Sociais e Programa Operacional de apoio a pessoas mais carenciadas.

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

a) Referencial Contabilístico

Em 2018 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de Março e foram objeto de alterações substanciais na sequência da publicação do Decreto-Lei n.º 98/2015 de 2 de Junho, no que diz respeito aos modelos de demonstrações financeiras neles previstos.

Os Decreto referidos dizem que o Sistema de Normalização para Entidades do Sector Não Lucrativo é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 220/2015 de 24 de julho;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 218/2015 de 23 de julho;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 8259/2015 de 16 de julho.

b) Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF).

Continuidade:

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo que não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Sector Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

Regime do Acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas respetivas contas das rubricas "Devedores e credores por acréscimos" e "Diferimentos".

Consistência de Apresentação:

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

Materialidade e Agregação:

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras. Itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras, podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

Compensação:

Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim, como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

Informação Comparativa:

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando o Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levadas a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- A natureza da reclassificação;
- A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- Razão para a reclassificação.

3. Principais políticas contabilísticas

As principais políticas de contabilidade aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras são as que abaixo se descrevem. Estas políticas foram consistentemente aplicadas a todos os exercícios apresentados, salvo indicação em contrário.

3.1. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras da Santa Casa da Misericórdia de Mação estão apresentadas em euros. O euro é a moeda funcional e de apresentação.

3.2. Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas, com exceção dos bens do património histórico, artístico e cultural que não são objeto de depreciação e são apresentados no Balanço pelo respetivo valor líquido de depreciações acumuladas e eventuais perdas por imparidades acumuladas.

As depreciações são calculadas, após o início de utilização dos bens, pelo método das quotas constantes em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

	Anos de vida útil
Edifícios e outras construções	50
Equipamento básico	6
Equipamento de transporte	5
Equipamento administrativo	6
Outros ativos fixos tangíveis	3-6

As despesas com reparação e manutenção destes ativos são consideradas como gasto no período em que ocorrem.

Os ativos fixos tangíveis em curso representam bens ainda em fase de construção/promoção, encontrando-se registados ao custo de aquisição deduzido de eventuais perdas por imparidade.

Estes bens são depreciados a partir do momento em que os ativos subjacentes estejam concluídos ou em estado de uso.

As mais ou menos valias resultantes da venda ou abate de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação/abate, sendo registadas na demonstração dos resultados nas rubricas “Outros rendimentos operacionais” ou “Outros gastos operacionais”, consoante se trate de mais ou menos valias.

3.3. Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e das perdas por imparidade acumuladas. Estes ativos só são reconhecidos se for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Entidade, sejam controláveis pela Entidade e se possa medir razoavelmente o seu valor.

As despesas de investigação incorridas com novos conhecimentos técnicos são reconhecidas na demonstração dos resultados quando incorridas.

As despesas de desenvolvimento são capitalizadas, quando a Entidade demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e iniciar a sua comercialização ou uso e para as quais seja provável que o ativo criado venha a gerar benefícios económicos futuros. As despesas de desenvolvimento que não cumpram estes critérios são registadas como gasto do período em que são incorridas.

Os gastos internos associados à manutenção e ao desenvolvimento de software são registados na demonstração dos resultados quando incorridos, exceto na situação em que estes gastos estejam

diretamente associados a projetos para os quais seja provável a geração de benefícios económicos futuros para a Entidade. Nestas situações estes gastos são capitalizados como ativos intangíveis.

As amortizações são calculadas, após o início de utilização, pelo método das quotas constantes em conformidade com o período de vida útil estimado, o qual corresponde genericamente a 3 anos, com exceção dos direitos de gestão de instalações, os quais são amortizados de acordo com os períodos de vigência dos contratos que os estabelecem.

Os ativos intangíveis com uma vida útil indefinida devem ser amortizados num período máximo de 10 anos.

3.4. Investimentos financeiros

Os investimentos financeiros detidos para negociação são reconhecidos na data em que são substancialmente transferidos, os riscos e vantagens inerentes. São inicialmente registados pelo seu valor de aquisição, incluindo despesas de transação.

Após o reconhecimento inicial, os investimentos financeiros são mensurados por referência ao seu valor de mercado à data do balanço, sem qualquer dedução relativa a custos da transação que possam vir a ocorrer até à sua venda.

Os ganhos ou perdas até o ativo ser vendido, recebido ou de qualquer forma alienado, ou nas situações em que se entende existir perda por imparidade, momento em que o ganho ou perda acumulada é registado(a) na demonstração dos resultados.

3.5. Imposto sobre o rendimento

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC):

- a) "As pessoas coletivas de utilidade pública administrativa;
- b) As instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas;
- c) As pessoas coletivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social ou defesa do meio ambiente."

No entanto o n.º 3 do referido artigo menciona que:

“A isenção prevista no n.º 1 não abrange os rendimentos empresariais derivados do exercício das atividades comerciais ou industriais desenvolvidas fora do âmbito dos fins estatutários, bem como os rendimentos de títulos ao portador, não registados nem depositados, nos termos da legislação em vigor, e é condicionada à observância continuada dos seguintes requisitos:

a) Exercício efetivo, a título exclusivo ou predominante, de atividades dirigidas à prossecução dos fins que justificaram o respetivo reconhecimento da qualidade de utilidade pública ou dos fins que justificaram a isenção consoante se trate, respetivamente, de Entidades previstas nas alíneas a) e b) ou na alínea c) do n.º 1;

b) Afetação aos fins referidos na alínea anterior de, pelo menos, 50% do rendimento global líquido que seria sujeito a tributação nos termos gerais, até ao fim do 4.º período de tributação posterior àquele em que tenha sido obtido, salvo em caso de justo impedimento no cumprimento do prazo de afetação, notificado ao diretor-geral dos impostos, acompanhado da respetiva fundamentação escrita, até ao último dia útil do 1.º mês subsequente ao termo do referido prazo;

c) Inexistência de qualquer interesse direto ou indireto dos membros dos órgãos estatutários, por si mesmos ou por interposta pessoa, nos resultados da exploração das atividades económicas por elas prosseguidas.”

Assim, os rendimentos previstos no n.º 3 do art.º 10 encontram-se sujeitos a IRC à taxa de 21% sobre a matéria coletável nos termos do n.º 5 do art.º 87. Acresce ao valor da coleta de IRC apurado, a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do CIRC.

As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção, de acordo com a legislação em vigor, durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social, até 2000, inclusive, e cinco anos a partir de 2001), exceto quando estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações. Nestes casos, e dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Ou seja, as declarações fiscais da Entidade dos anos de 2014 a 2017 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

3.6. Inventários

As mercadorias, matérias-primas subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo de aquisição, o qual é inferior ao custo de mercado. Em 2018, com a utilização de software de stocks, por exigência da SCMM passaram a utilizar o sistema de Inventário Permanente, o custo médio ponderado passou a ser o método de custeio. É registada uma imparidade para depreciação de inventários nos casos em que o valor destes bens é inferior ao menor do custo médio de aquisição ou de realização.

No caso dos inventários adquiridos a título gratuito os mesmos são valorizados pela quantia que a Entidade teria que pagar para comprar inventários equivalentes.

3.7. Clientes/Utentes e outros valores a receber

As contas de "Clientes/Utentes" e "Outros valores a receber" não têm implícitos juros e são registadas pelo seu valor nominal diminuído de eventuais perdas de imparidade, reconhecidas nas rubricas 'Perdas de imparidade acumuladas', por forma a que as mesmas reflitam o seu valor realizável líquido.

3.8. Caixa e equivalentes de caixa

Esta rubrica inclui caixa, depósitos à ordem em bancos e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com maturidades até três meses. Os descobertos bancários são incluídos na rubrica "Financiamentos obtidos", expresso no "Passivo Corrente".

3.9. Provisões

A entidade analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultam de eventos passados e que devam ser objeto de reconhecimento ou divulgação. A subjetividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos internos necessários para o pagamento das obrigações poderá conduzir a ajustamentos significativos, quer por variação dos pressupostos utilizados, quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

3.10. Fornecedores e outras contas a pagar

As contas a pagar a fornecedores e outros credores, que não vencem juros, são registadas pelo seu valor nominal, que é substancialmente equivalente ao seu justo valor.

3.11. Financiamentos bancários

Os empréstimos são registados no passivo pelo valor nominal recebido, líquido de comissões com a emissão desses empréstimos. Os encargos financeiros apurados de acordo com a taxa de juro efetiva são registados na demonstração dos resultados de acordo com o regime do acréscimo.

Os custos de empréstimos obtidos que sejam diretamente atribuíveis á aquisição, construção ou produção de um ativo devem ser capitalizados.

Os empréstimos são classificados como passivos correntes, a não ser que a Entidade tenha o direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por mais de 12 meses após a data de relato.

3.12. Locações

Os contratos de locação são classificados ou como (i) locações financeiras se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação ou como (ii) locações operacionais se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação.

A classificação das locações, em financeiras ou operacionais, é feita em função da substância económica e não da forma do contrato.

Os ativos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados pelo método financeiro, reconhecendo o ativo fixo tangível, as depreciações acumuladas correspondentes, conforme definido nas políticas 3.2. e 3.3. acima, e as dívidas pendentes de liquidação, de acordo com o plano financeiro contratual. Adicionalmente, os juros incluídos no valor das rendas e as depreciações do ativo fixo tangível são reconhecidos como gasto na demonstração dos resultados do exercício a que respeitam.

Nas locações consideradas como operacionais, as rendas devidas são reconhecidas como gasto na demonstração dos resultados numa base linear durante o período do contrato de locação.

3.13. Rédito e regime do acréscimo

O rédito compreende o justo valor da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços decorrentes da atividade normal da Entidade. O rédito é reconhecido líquido do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), abatimentos e descontos.

A Entidade reconhece rédito quando este pode ser razoavelmente mensurável, seja provável que a Entidade obtenha benefícios económicos futuros, e os critérios específicos descritos a seguir se encontrem cumpridos. O montante do rédito não é considerado como razoavelmente mensurável até que todas as contingências relativas a uma venda estejam substancialmente resolvidas. A Entidade baseia as suas estimativas em resultados históricos, considerando o tipo de cliente, a natureza da transação e a especificidade de cada acordo.

Os rendimentos são reconhecidos na data da prestação dos serviços.

Os juros recebidos são reconhecidos atendendo ao regime do acréscimo, tendo em consideração o montante em dívida e a taxa efetiva durante o período até à maturidade.

3.14. Subsídios

Os subsídios do governo são reconhecidos ao seu justo valor, quando existe uma garantia suficiente de que o subsídio venha a ser recebido e de que a Entidade cumpre com todas as condições para o receber.

Os subsídios atribuídos a fundo perdido para o financiamento de projetos de investigação e desenvolvimento estão registados em balanço na rubrica "Rendimentos a reconhecer" e são reconhecidos na demonstração dos resultados de cada exercício, proporcionalmente às depreciações dos ativos subsidiados.

Os subsídios do Governo associados à aquisição ou produção de ativos não correntes são inicialmente reconhecidos no capital próprio, sendo subsequentemente imputados numa base sistemática (proporcionalmente às amortizações dos ativos subjacentes) como rendimentos do período durante as vidas úteis dos ativos com os quais se relacionam.

Os subsídios à exploração destinam-se à cobertura de gastos, incorridos e registados, com o desenvolvimento de ações de formação profissional, sendo os mesmos reconhecidos em resultados à medida que os gastos são incorridos, independentemente do momento de recebimento do subsídio.

Handwritten signatures and initials in the right margin, including a large signature at the top, a circled signature below it, and several other initials and marks.

4. Ativos fixos tangíveis

O movimento ocorrido nos ativos fixos tangíveis e respetivas depreciações, nos exercícios de 2017 e de 2018 foi o seguinte:

	31 de Dezembro de 2017			
	Saldo em 01-Jan-17	Aquisições / Dotações	Transferências	Saldo em 31-Dez-17
Custo:				
Terrenos e recursos naturais	23 979,07	0,00	0,00	23 979,07
Edifícios e outras construções	2 331 120,72	145 375,60	181 686,56	2 658 182,88
Equipamento básico	626 095,95	38 154,21	0,00	664 250,16
Equipamento de transporte	148 094,55	0,00	0,00	148 094,55
Equipamento administrativo	130 573,77	1 158,65	0,00	131 732,42
Outros activos fixos tangíveis	152 532,11	7 088,92	0,00	159 621,03
Investimentos em curso	195 702,30	0,00	-179 103,56	16 598,74
	3 608 098,47	191 777,38	0,00	3 802 458,85
Amortizações acumuladas				
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	728 863,24	64 829,43	-31,15	793 661,52
Equipamento básico	529 309,63	45 236,07	0,00	574 545,70
Equipamento de transporte	130 791,08	4 429,49	0,00	135 220,57
Equipamento administrativo	124 878,00	1 399,80	0,00	126 277,80
Outros activos fixos tangíveis	124 920,78	6 955,82	0,00	131 876,60
	1 638 762,73	122 850,61	0,00	1 761 582,19
Perdas por imparidade acumuladas				
	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo Líquido				
Terrenos e recursos naturais	23 979,07			23 979,07
Edifícios e outras construções	1 602 257,48			1 864 521,36
Equipamento básico	96 786,32			89 704,46
Equipamento de transporte	17 303,47			12 873,98
Equipamento administrativo	5 695,77			5 454,62
Outros activos fixos tangíveis	27 611,33			27 744,43
Investimentos em curso	195 702,30			16 598,74
	1 969 335,74		0,00	2 040 876,66

A obra de ampliação do Lar entrou em funcionamento em 2017, que originou a transferência para Ativos Fixos Tangíveis (Edifícios).

Anexo às Demonstrações Financeiras da Santa Casa da Misericórdia de Mação

31 de Dezembro de 2018

Custo:

	Saldo em 01-Jan-18	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Saldo em 31-Dez-18
Terrenos e recursos naturais	23 979,07	12,38	0,00	65 714,21	89 705,66
Edifícios e outras construções	2 658 182,88	15 691,90	0,00	69 453,62	2 743 328,40
Equipamento básico	664 250,16	6 426,43	0,00	0,00	670 676,59
Equipamento de transporte	148 094,55	0,00	-19 515,97	0,00	128 578,58
Equipamento administrativo	131 732,42	2 850,10	0,00	0,00	134 582,52
Outros activos fixos tangíveis	159 621,03	3 857,67	0,00	28 669,18	192 147,88
Investimentos em curso	16 598,74	147 238,27	0,00	-163 837,01	0,00
	3 802 458,85	176 076,75	-19 515,97	0,00	3 959 019,63

Amortizações acumuladas

Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	793 661,52	72 757,11	0,00	0,00	866 418,63
Equipamento básico	574 545,70	22 685,42	0,00	0,00	597 231,12
Equipamento de transporte	135 220,57	4 429,49	-19 515,97	0,00	120 134,09
Equipamento administrativo	126 277,80	1 088,78	0,00	0,00	127 366,58
Outros activos fixos tangíveis	131 876,60	7 874,09	0,00	0,00	139 750,69
	1 761 582,19	108 834,89	-19 515,97	0,00	1 850 901,11

Perdas por imparidade acumuladas

	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
--	------	------	------	------	------

Ativo Líquido

Edifícios e outras construções	23 979,07	89 705,66
Edifícios e outras construções	1 864 521,36	1 876 909,77
Equipamento básico	89 704,46	73 445,47
Equipamento de transporte	12 873,98	8 444,49
Equipamento administrativo	5 454,62	7 215,94
Outros activos fixos tangíveis	27 744,43	52 397,19
Investimentos em curso	16 598,74	0,00
	2 040 876,66	2 108 118,52

5. Bens do património histórico e cultural

Durante os períodos findos em 31 de Dezembro de 2017 e de 2018, o movimento ocorrido nesta rubrica, foi o que se segue:

	31 de Dezembro de 2017		31 de Dezembro de 2018	
	Saldo em 01-Jan-17	Saldo em 31-Dez-17	Saldo em 01-Jan-18	Saldo em 31-Dez-18
Bens do património histórico e cultural				
Igreja	33 612,53	33 612,53	33 612,53	33 612,53
	<u>33 612,53</u>	<u>33 612,53</u>	<u>33 612,53</u>	<u>33 612,53</u>

6. Ativos intangíveis

O movimento ocorrido nos ativos fixos tangíveis e respetivas depreciações, nos exercícios de 2017 e de 2018 foi o seguinte:

	31 de Dezembro de 2017		31 de Dezembro de 2018	
	Saldo em 01-Jan-17	Saldo em 31-Dez-17	Saldo em 01-Jan-18	Saldo em 31-Dez-18
Ativos Intangíveis em Curso:				
Projeto de arquitetura - Obra UAI	2 583,00	0,00	0,00	0,00
	<u>2 583,00</u>	<u>0,00</u>	<u>0,00</u>	<u>0,00</u>

A obra de ampliação do Lar entrou em funcionamento em 2017, que originou a transferência do projeto para Ativos Fixos Tangíveis (Edifícios).

7. Investimentos financeiros

Durante os períodos findos em 31 de Dezembro de 2017 e de 2018, o movimento ocorrido no valor em Investimentos Financeiros, foi o seguinte:

31 de Dezembro de 2017			
	Saldo em 01-Jan-17	Aquisições / Dotações	Saldo em 31-Dez-17
Não correntes			
TVI	24,94	0,00	24,94
CCAM	99,76	0,00	99,76
Outras Empresas	5,00	0,00	5,00
Fundo de Garantia de Compensação do Trabalho	869,49	1 034,74	1 904,23
FRSS - Fundo Reestruturação do Setor Solidário	1 605,91	0,00	1 605,91
	2 605,10	1 034,74	3 639,84

31 de Dezembro de 2018			
	Saldo em 01-Jan-18	Aquisições / Dotações	Saldo em 31-Dez-18
Não correntes			
TVI	24,94	-24,94	0,00
CCAM	99,76	105,24	205,00
Outras Empresas	5,00	0,00	5,00
Fundo de Garantia de Compensação do Trabalho	1 904,23	1 398,19	3 302,42
FRSS - Fundo Reestruturação do Setor Solidário	1 605,91	0,00	1 605,91
	3 639,84	1 478,49	5 118,33

8. Inventários

Em 31 de Dezembro de 2017 e de 2018 a rubrica "Inventários" apresentava a seguinte composição:

	31 de Dezembro de 2017		31 de Dezembro de 2018	
	Saldo em 01-Jan-17	Saldo em 31-Dez-17	Saldo em 01-Jan-16	Saldo em 31-Dez-16
Materias primas subsidiárias e de consumo	8 580,82	4 385,32	4 385,32	4 798,83
	8 580,82	4 385,32	4 385,32	4 798,83
Perdas por imparidades de inventários	0,00	0,00	0,00	0,00
	8 580,82	4 385,32	4 385,32	4 798,83

9. Créditos a receber

Em 31 de Dezembro de 2017 e de 2018 a rubrica "Créditos a receber" tinha a seguinte composição:

	31 de Dezembro de 2017		31 de Dezembro de 2018	
	Corrente		Corrente	
Créditos a receber	170 182,18	100%	168 168,31	100%
Clientes	19 841,76	12%	21 656,40	13%
Utentes	71 934,39	42%	68 105,88	40%
Cobrança Duvidosa	78 406,03	46%	78 406,03	0%
Perdas por imparidade acumuladas	78 406,03		78 406,03	
	91 776,15		89 762,28	

	31-dez-17	31-dez-18
Perdas por imparidades		
Saldo a 1 de Janeiro	0,00	0,00
Aumento	78 406,03	0,00
Reversão	0,00	0,00
Regularizações	0,00	0,00
	78 406,03	0,00

Anexo às Demonstrações Financeiras da Santa Casa da Misericórdia de Mação

Detalhe das Perdas por Imparidade Acumuladas a 31 de Dezembro de 2017 e 2018

Cientes:

António Alves	23,74
	<u>23,74</u>

Utentes Lar:

Ricardo Antonio Gonçalves	374,98
Maria do Céu Gomes Diogo da Chica	178,30
Dulcelina Farias Canas Monteiro	90,66
Arminda M. Igreja	1 352,49
Vitor Marques Santos	1 025,00
Ana Paula Marques Santos	250,00
Maria Rosa Tavares Silva	50,00
Pedro Marques Santos	50,00
Fernando P. Marques Santos	25,00
Luis Manuel Marques Santos	275,00
Antonio Marques Filipe	9 470,01
Ana Costa Heitor	1 392,65
Susana Heitor Saramago	93,39
Maria de Fátima heitor Saramago Mateus	93,39
Maria Céu Heitor Saramago	93,37
Manuel Luis Saramago Gaspar	3 684,07
Susana Heitor Saramago	7,56
Maria de Fátima Heitor Saramago Mateus	7,60
Maria céu Heitor Saramago	7,60
Maria Helena	1 068,13
Albina Colaço Viegas	176,15
Lucinda Francisca	11 364,51
Maria Isilda Neves Luis	12,60
Manuel António Pires Maia	63,18
Maria Rosa	19 537,74
Maria Miquelina Roxô	346,93
Maria Luisa Paulo	25 626,65
António José da Silva Alexandre	463,16
	<u>77 180,12</u>

Utentes do Jardim Infância:

Micael Alexandre Costa Silva	34,00
João Rafael Saianda Carpinteiro	76,00
Matilde Morgado Porto	276,50
Verónica Maria Ferreira da Silva	34,25
Leonardo Filipe Navalho Marques	427,68
Margarida Constâncio Bernardo	92,46
João Pedro Alves Lopes	190,00
Luna Isabela Camera Ansseris	71,28
	<u>1 202,17</u>
	<u>78 406,03</u>

10. Estado e outros entes públicos

Em 31 de Dezembro de 2017 e de 2018 a rubrica “Estado e outros entes públicos” no ativo e no passivo, apresentava os seguintes saldos:

	31-dez-17	31-dez-18
Ativo		
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	16 834,68	13 882,40
	<u>16 834,68</u>	<u>13 882,40</u>
Passivo		
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	10 459,54	3 043,20
Imposto sobre o rend. das pessoas singulares (IRS)	3 249,50	2 915,75
Contribuições para a Segurança Social	22 591,36	24 134,13
Outros impostos e taxas	0,00	0,00
	<u>36 300,40</u>	<u>30 093,08</u>

11. Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros

Em 31 de dezembro de 2017 e de 2018 esta rubrica tinha a seguinte composição:

	31-dez-17	31-dez-18
	Corrente	Corrente
Quotas	2 283,00	2 115,00
	<u>2 283,00</u>	<u>2 115,00</u>

12. Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2017 e de 2018 os saldos da rubrica “Diferimentos” do ativo e passivo foram como segue:

	31-dez-17	31-dez-18
Ativo		
Seguros pagos antecipadamente	8 639,71	5 368,48
	<u>8 639,71</u>	<u>5 368,48</u>

13. Outros ativos correntes

Em 31 de Dezembro de 2017 e de 2018, a rubrica “Outros ativos correntes” tinha a seguinte composição:

	31 de Dezembro de 2017		31 de Dezembro de 2018	
	Corrente		Corrente	
	14 093,10	100%	26 460,10	100%
Devedores por acréscimos de rendimentos	373,27	3%	2 710,05	10%
Outros devedores	13 719,83	97%	23 750,05	90%

14. Caixa e depósitos bancários

Em 31 de Dezembro de 2017 e de 2018, os saldos desta rubrica apresentavam-se como se indica:

	31-dez-17	31-dez-18
Caixa		
Numerário	376,44	179,31
	<u>376,44</u>	<u>179,31</u>
Depósitos à ordem		
Caixa Geral Depósitos	39 151,14	16 709,66
Novo Banco	18 825,23	157 337,76
CCAM	35 643,33	7 918,48
	<u>93 619,70</u>	<u>181 965,90</u>
Depósitos a prazo		
Novo Banco	330 000,00	150 000,00
	<u>330 000,00</u>	<u>150 000,00</u>
	<u>423 996,14</u>	<u>332 145,21</u>

15. Fundos

Em 31 de Dezembro de 2018, o valor dos fundos ascendiam a 410.804,70 euros, não tendo havido qualquer oscilação em relação a 2017.

16. Reservas

Em 31 de Dezembro de 2018, o valor das Reservas era de 5.544,15 euros, não tendo havido qualquer alteração em relação a 2017.

17. Resultados transitados

Por decisão da Assembleia Geral, realizada em 22 de março de 2018, foram aprovadas as contas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2017 com um resultado líquido, positivo, no valor de trinta e oito mil trezentos e cinquenta e um euros e dezassete cêntimos. O Resultado foi integralmente transferido para a rubrica Resultados Transitados.

	31 de Dezembro de 2018		
	Saldo em 01-Jan-18	Varição	Saldo em 31-Dez-18
Resultados transitados	1 005 488,09	38 351,17	1 043 839,26

18. Ajustamentos / Outras variações nos fundos patrimoniais

Em 31 de Dezembro de 2017 e de 2018 os saldos desta rubrica apresentavam-se como se segue:

	31 de Dezembro de 2018		
	Saldo em 31-Dez-17	Varição	Saldo em 31-Dez-18
Subsídios	560 867,58	11 679,31	572 546,89
Doações	192 468,34	15 704,28	208 172,62
	753 335,92	27 383,59	780 719,51

Descrição do Subsídio	Valor antes Reconhecimento Rédito (593)	Rendimentos no Período	Valor Atual (593)
PIDDAC	196 500,74	7 152,68	189 348,06
POEFDS - Obra CATEI	39 276,60	1 061,53	38 215,07
PIDDAC Igreja M. Mação	18 976,44	499,38	18 477,06
FSS - Creche	22 346,09	698,32	21 647,77
FEDER - CATEI	57 322,20	1 592,28	55 729,92
CLDS ""Aproximação"" Jogos Sociais	6 000,00	3 000,00	3 000,00
MASES	9 180,95	3 415,06	5 765,89
Outros	25 588,42	1 346,75	24 241,67
Pinhal Maior - Capela	12 284,27	3 071,06	9 213,21
Lar Residencial PRODER	173 391,87	3 940,73	169 451,14
Pavimentação - Município Mação	39 428,53	1 971,43	37 457,10
	600 296,11	27 749,22	572 546,89

19. Financiamentos obtidos

Em 31 de Dezembro de 2017 e de 2018 os saldos desta rubrica apresentavam-se como se segue:

	31 de Dezembro de 2017		31 de Dezembro de 2018	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Empréstimos bancários				
Novo Banco	120 192,37	19 230,76	100 961,61	19 230,76

20. Fornecedores

Em 31 de Dezembro de 2017 e de 2018 a rubrica "Fornecedores" tinha a seguinte composição:

	31 de Dezembro de 2017		31 de Dezembro de 2018	
	Corrente		Corrente	
Fornecedores	37 655,15	100%	36 395,82	100%

21. Outros passivos correntes

Em 31 de Dezembro de 2017 e de 2018 a rubrica "Outros passivos correntes" tinha a seguinte composição:

	31 de Dezembro de 2017		31 de Dezembro de 2018	
	Corrente		Corrente	
	213 234,42	100%	234 545,51	100%
Fornecedores de investimentos	23 980,38	11%	19 411,67	8%
Credores por acréscimos de gastos	159 059,07	75%	165 807,01	71%
Outras contas a pagar	30 194,97	14%	49 326,83	21%

Credores por Acréscimos de Gastos	31 de Dezembro de 2017	31 de Dezembro de 2016
Remunerações a Liquidar	155 830,06	163 025,58
Juros a Liquidar	673,88	567,06
Electricidade	1 787,92	1 626,94
Comunicação	301,72	122,18
Outros Acréscimos de Custos	465,49	465,25
	159 059,07	165 807,01

22. Vendas e prestações de serviços

As vendas e prestações de serviços nos períodos de 2017 e de 2018 foram como segue:

	31 de Dezembro de 2017	31 de Dezembro de 2018
Vendas	2 013,45	2 671,95
Mercadorias	1 013,45	285,78
Produtos acabados e intermédios	1 000,00	2 386,17
Prestações de serviços	813 317,94	832 678,02
Quotas dos utilizadores	811 695,44	831 142,52
Quotizações e Jóias	1 622,50	1 535,50
Descontos e abatimentos	5 638,09	4 834,76
	809 693,30	830 515,21

Handwritten signatures and initials are present on the right side of the page, including a large signature at the top, a signature below it, and several initials and smaller signatures further down.

23. Subsídios à exploração

No período de 2017 e 2018 a Entidade reconheceu rendimentos decorrentes dos seguintes subsídios:

Subsídios á Exploração	Entidade Financiadora	31-dez-17	31-dez-18
Unidade de Apoio Integrado	Segurança Social	15 856,23	0,00
Intervenção Precoce	Segurança Social	51 040,80	52 164,00
Creche	Segurança Social	108 742,20	108 225,49
Centro Acolhimento Temporário de Emergência para Idosos	Segurança Social	34 132,32	34 132,32
ATL	Segurança Social	10 467,51	10 879,20
Serviço Apoio Domiciliário	Segurança Social	137 646,00	139 892,08
Lar para Idosos da SCMM	Segurança Social	179 956,80	183 916,80
Centro de Dia	Segurança Social	19 927,80	20 367,00
Lar para Idosos do Antigo Centro de Saúde	Segurança Social	52 510,53	57 779,24
Cantinas Sociais	Outras	3 892,50	2 127,50
POAPMC	Outras	0,00	1 837,56
Contrato Emprego-Inserção	IEFP	1 144,05	3 766,15
Medida Estímulo Emprego	IEFP	0,00	0,00
		<u>615 316,74</u>	<u>615 087,34</u>

24. Custo das vendas

O custo das vendas nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2017 e de 2018, é detalhado como segue:

	31 de Dezembro de 2017	31 de Dezembro de 2018
	Matérias-primas subsidiárias e de consumo	Matérias-primas subsidiárias e de consumo
Saldo inicial em 1 de Janeiro (1)	8 580,82	4 385,32
Compras (1)	153 412,95	172 488,77
Saldo final em 31 de Dezembro (2)	<u>4 385,32</u>	<u>4 798,33</u>
Custo das vendas (1-2)	<u>157 608,45</u>	<u>172 075,76</u>

25. Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos fornecimentos e serviços externos nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2017 e de 2018, foi a seguinte:

	31-dez-17	31-dez-18
Serviços especializados	37 104,84	54 199,42
Trabalhos especializados	8 664,20	25 889,94
Honorários	7 713,39	6 949,50
Conservação e reparação	19 503,96	19 894,03
Outros	1 223,29	1 465,95
Materiais	20 066,48	18 785,52
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	6 076,89	10 774,85
Material de escritório	2 993,49	3 042,58
Artigos para oferta	1 465,85	325,64
Outros	9 530,25	4 642,45
Energia e fluidos	73 469,63	90 230,50
Eletricidade	38 851,99	44 400,99
Combustíveis	34 462,88	45 654,31
Outros	154,76	175,20
Deslocações, estadas e transportes	2 058,17	1 265,25
Deslocações e estadas	600,91	286,90
Transportes de mercadorias	526,07	0,00
Outros	931,19	978,35
Serviços diversos	61 138,51	58 430,31
Comunicação	7 267,11	6 577,16
Seguros	4 482,37	4 338,28
Contencioso e notariado	390,90	602,44
Limpeza, higiene e conforto	46 974,35	46 447,89
Outros	2 023,78	464,54
	193 837,63	222 911,00

26. Gastos com o pessoal

A repartição dos gastos com o pessoal nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2017 e de 2018, foi a seguinte:

Gastos com o pessoal	31-dez-17	31-dez-18
Remunerações do pessoal	874 304,55	905 055,57
Ordenado base	690 473,37	708 003,24
Subsídio de férias	69 025,65	70 196,75
Subsídio de natal	60 190,18	62 335,38
Ordenado base/hora	12 507,52	17 295,03
Subsídio de Turno 25%	31 102,49	32 620,01
Outras	11 005,34	14 605,16
Encargos sobre remunerações	194 117,30	201 403,48
Seguros de acidentes no trabalho e doenças profissionais	10 222,00	14 323,65
Outros gastos com o pessoal	11 720,50	2 745,86
	1 090 364,35	1 123 528,56

Em 31 de Dezembro de 2017 a SCMM possuía 85 colaboradores com contratos sem termo e 19 com contrato a termo. Por sua vez, em 31 de Dezembro de 2018 a SCMM possuía 82 colaboradores com contrato sem termo e 15 com contrato com termo.

O aumento de gastos com o pessoal está influenciado pelo aumento do salário mínimo nacional.

27. Outros rendimentos

Os outros rendimentos, nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2017 e de 2018, foram como se indica:

Outros rendimentos e ganhos	31-dez-17	31-dez-18
Rendimentos suplementares	167 935,42	109 348,59
Reembolso de Despesas com Utentes	27 545,06	26 344,35
Refeições	137 180,35	80 065,30
Transporte	1 105,01	538,94
Inscrições de Utentes	1 975,00	2 400,00
Outros	130,00	0,00
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	550,00	705,00
Imputação de subsídios para investimentos	25 777,79	27 749,22
Outros	71 587,92	14 233,07
	265 851,13	152 035,88

28. Outros gastos

Os valores da rubrica "outros gastos", nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2017 e de 2018, foram como se segue:

Outros gastos e perdas	31-dez-17	31-dez-18
	7 325,24	8 907,06
Impostos	1 184,47	501,94
Outros	6 140,77	8 405,12

29. Gastos/reversões de depreciação e de amortização

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2017 e de 2018, os gastos com depreciações e amortizações apresentavam-se como segue:

Gastos de depreciações e de amortização	31-dez-17	31-dez-18
Ativos Fixos Tangíveis	122 850,61	108 834,89
Edifícios e outras construções	64 829,43	72 757,11
Equipamento básico	45 236,07	22 685,42
Equipamento de transporte	4 429,49	4 429,49
Equipamento administrativo	1 399,80	1 088,78
Outros	6 955,82	7 874,09

30. Resultados financeiros

Os resultados financeiros, nos períodos de 2017 e de 2018, tinham a seguinte composição:

	31-dez-17	31-dez-18
Juros e rendimentos similares obtidos	836,42	359,83
Juros e gastos similares suportados	2 954,11	2 574,01
Resultados financeiros	-2 117,69	-2 214,18

31. Eventos subsequentes

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2018.

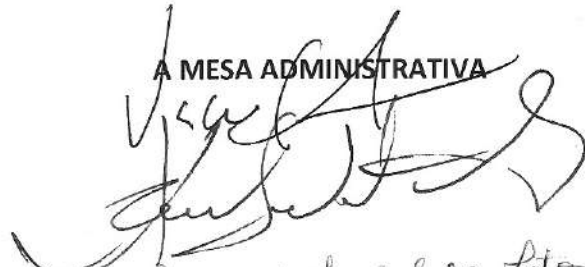
Após o encerramento do exercício, e até à elaboração do presente relatório, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

Mação, 18 de Março de 2019

O CONTABILISTA CERTIFICADO



A MESA ADMINISTRATIVA



Organidade Isabel de Fátima Lopes.
Cui fauvel Galun na sista
L. Miguel Miguel
Paul José Silva Neto